

Veículo: Valor Econômico

Data: 05.02.21

Link: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/02/05/mercado-livre-viabiliza-novos-projetos-de-geracao.ghtml>

Mercado livre viabiliza novos projetos de geração

A reviravolta provocada pela pandemia da covid-19 em setores tradicionais da economia também alcançou o mercado brasileiro de energia elétrica. Com a suspensão de leilões de compra de energia em 2020, frente a incertezas econômicas e queda de demanda, o mercado livre conseguiu reverter o comportamento histórico das contratações de novos projetos de geração de energia que sempre tiveram a oferta dominada pelas grandes licitações promovidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Um levantamento produzido pela Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel) indicou que o mercado livre, que no Brasil é formado apenas por grandes consumidores, conseguiu elevar sua participação na oferta de energia por meio dos projetos que têm financiado. Em 2019, o setor respondia pela fatia de 34% do volume de capacidade adicional de energia que entraria no sistema até 2023. Agora, o setor representa 72% do montante adicional a ser entregue no horizonte de 2021 a 2025.

“72% de tudo que está em construção no país, em termos de geração, são projetos para o mercado livre. Isso representa R\$ 100 bilhões em investimentos”, disse Reginaldo Medeiros, presidente da Abraceel. O estudo indica que a maior parte dessa oferta está relacionada a fontes renováveis (fotovoltaica, biomassa, eólica e PCH).

A capacidade do mercado livre de sustentar a expansão da oferta de energia sempre foi questionada pelas autoridades do setor. Isso porque os investidores deste segmento não contam com contratos de longo prazo firmados para atender a demanda das concessionárias de distribuição no chamado “mercado regulado”.

No ambiente de contratação regulada, os investidores disputam nos leilões da Aneel os contratos de fornecimento de energia para as distribuidoras. Na prática, funcionam como “recebíveis” que garantem condições favoráveis de negociação de crédito, junto às instituições financeiras, para construir uma nova usina.

O diretor de eletricidade e gás da Abraceel, Bernardo Sicsú, afirma que o mercado livre tinha dificuldade de acessar as fontes de financiamento por dificuldade de apresentar garantias firmes. Todo o esforço girava em torno de garantias corporativas, que colocavam em jogo o próprio patrimônio do investidor e das comercializadoras.

Sicsú explica que o jogo começou a virar quando, aos poucos, o segmento começou a ganhar mais corpo, com o aumento de musculatura das comercializadoras, e a mudança de percepção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sobre os valores de referência usados na negociação da energia no mercado livre, o PLD. “Antes, o banco usava o PLD Mínimo, que não condiz com o preço médio da energia que comercializamos. Então, em

2019, o BNDES passou a usar o PLD Suporte que promoveu uma ampla liberação de crédito”, disse o diretor.

De acordo com a Abraceel, 47% dos projetos de fonte eólica e solar financiados pelo BNDES são patrocinados pelas comercializadoras. Estas empresas cumprem o papel de buscar as melhores oportunidades de compra e venda no mercado livre, seja por quem oferta ou demanda energia. Nos últimos anos, tiveram que vencer o estigma de que eram meras atravessadoras, que obtinham vantagens na especulação com o preço da energia.

Outra guinada importante na área de financiamento de projetos foi a adesão de outros bancos de fomento ao modelo de financiamento do BNDES. Isso fez o setor apostar no acesso aos recursos do Banco do Nordeste (BNB) e Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). O levantamento da Abraceel, obtido com exclusividade pelo Valor, indica que 33% de toda a carteira de projetos financiados pelo BNB tem participação de comercializadoras.

Durante a pandemia, o mercado livre se beneficiou com uma nova onda de migração de grandes consumidores que abandonaram o mercado regulado. O diretor da Abraceel disse que esse movimento precisa ser intensificado para que o segmento continue a dar suporte à expansão da oferta. “Essa escalada de projetos só continuará se tivermos mercado consumidor para isso”, reforçou.

Atualmente, o Congresso Nacional discute a ampliação do acesso de um maior número de consumidores ao mercado livre. A iniciativa, atrelada ao Projeto de Lei 232/16, é tratada pelos parlamentares como a portabilidade da conta de luz. Isso porque, em tese, permitirá aos consumidores escolher de quem vai comprar a energia, seja por critério de menor preço ou baixa emissão de poluentes, por exemplo.

“Esse amadurecimento do mercado livre é fundamental para a agenda de modernização do setor elétrico, que busca dar ao consumidor de energia elétrica amplo protagonismo. O consumidor deixa de ter um papel passivo, como consumidor cativo da distribuidora, para um papel diferenciado no qual poderá, além de consumir energia elétrica, gerar, armazenar e até comercializar essa energia”, disse o diretor da Aneel Sandoval Feitosa, ao Valor.